

QUANDO O GÊNERO É HERANÇA COLONIAL: REFLEXÕES CRÍTICAS A PARTIR DA MARGEM



<https://doi.org/10.22533/at.ed.729112526032>

Data de submissão: 30/03/2025

Data de aceite: 04/04/2025

Rogério Reis dos Santos

Universidade de Brasília

Brasília - DF

<http://lattes.cnpq.br/1784200109656364>

Carolino Marcelo de Sousa Brito

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Porto Alegre - RS

<http://lattes.cnpq.br/8790559707135611>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir criticamente sobre os efeitos da colonialidade na construção das normas de gênero e sexualidade, a partir de uma perspectiva decolonial e situada. Utilizando uma abordagem qualitativa e autobiográfica, os autores partem de suas próprias vivências enquanto homens gays nascidos no interior da Bahia para dialogar com autores como María Lugones, Rita Segato e Aníbal Quijano. O artigo analisa como o sistema moderno/colonial de gênero se articula à lógica patriarcal, heteronormativa e eurocentrada, moldando subjetividades e reproduzindo estruturas de subalternização. Os resultados indicam que a compreensão de gênero como herança colonial permite desnaturalizar categorias normativas e abrir

espaço para epistemologias dissidentes. Conclui-se que a articulação entre teoria queer e pensamento decolonial oferece caminhos promissores para a construção de alternativas políticas e epistemológicas mais inclusivas e plurais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, sexualidade, colonialidade do poder

WHEN GENDER IS A COLONIAL LEGACY: CRITICAL REFLECTIONS FROM THE MARGIN

ABSTRACT: This article aims to critically reflect on the effects of coloniality in shaping gender and sexuality norms, from a decolonial and situated perspective. Using a qualitative and autobiographical approach, the authors draw on their own experiences as gay men born in the interior of Bahia to engage with theorists such as María Lugones, Rita Segato, and Aníbal Quijano. The article analyzes how the modern/colonial gender system operates in conjunction with patriarchal, heteronormative, and Eurocentric logics, shaping subjectivities and reproducing structures of subalternization. The findings indicate that understanding gender as a colonial legacy helps denaturalize normative

categories and opens space for dissident epistemologies. It concludes that the articulation between queer theory and decolonial thought offers promising paths for constructing more inclusive and plural political and epistemological alternatives.

KEYWORDS: Gender, sexuality, coloniality of power

INTRODUÇÃO: DOS CORPOS VIGIADOS À CONSCIÊNCIA DISSIDENTE

Ainda na infância, no interior da Bahia, onde nascemos e fomos criados, nos acostumamos a ouvir frases do tipo: toma jeito de homem; endurece essa mão, não desmunheca; isso não é coisa de homem; dentre tantas outras. Naquela época, não tínhamos plena consciência de que seríamos gays, tampouco o que seria ao certo tal condição, mas as nossas performances de gênero e de sexualidade, ainda que minimamente, já destoavam do padrão existente da sociedade. Nossos gostos, comportamentos e até nosso modo de falar não eram iguais ao da maioria dos meninos de nossa idade. Qualquer ação, ainda que inconsciente, que não correspondesse totalmente com a masculinidade que se esperava de nós era fortemente repreendida, seja no cotidiano familiar, na escola ou nos espaços públicos que frequentávamos.

Em qualquer deslize, éramos repreendidos com olhares, gestos e falas sempre repressoras. As coisas mais simples para uma criança poderiam tornar-se uma repreensão constrangedora, como segurar um objeto, andar, falar, gesticular e até as brincadeiras infantis que participávamos transformavam-se em experiências permeadas pela vigília e o medo de sermos mais uma vez identificados e corrigidos. Agir novamente da mesma forma, nem pensar! Deveríamos mirar nos exemplos de homens à nossa volta e agir tal qual eles, vez que os mesmos agem como seus pais e assim sucessivamente.

O engraçado é que percebemos que essa vigília não recaía apenas sobre nós, mas também em cima das meninas que não correspondiam àquele padrão de menina dócil, comportada, acima de tudo recatada e que tinha por obrigação brincar de bonecas e de casinha. Elas não podiam brincar de “brincadeiras de meninos”, tampouco era de bom tom andar no meio dos mesmos. Nós, os meninos, podíamos sair pela rua, jogar bola, correr e qualquer outra atividade que envolvesse atividades físicas, enquanto as meninas ficavam em casa, pois tinham que se permanecer limpas e, para tanto, deveriam ser exemplos de comportamento.

Assim, desde cedo, meninos e meninas vão aprendendo que existem lugares muito bem demarcados para cada um exercer na sociedade moderna, lugares estes que sequer nos é permitido escolher e, para os que não se encaixam, chega a ser considerado legítimo que sofram sistematicamente violências para que entendam de uma vez que não devem seguir caminho diverso do determinado. Nos nossos casos, os apelidos eram os mais diversos e as ameaças constantes, por outras crianças e adultos. Fomos chamados de bichinha, mulherzinha e viadinho a todo momento e lugar. E mesmo sem compreendermos bem o que tais denominações significavam, foi através dos outros que descobrimos nossa

sexualidade, ou seja, através das chacotas, das repreensões, dos dedos apontados. Enfim, não nos descobrimos gays, nos disseram que éramos. Depois dessa tomada de consciência, passamos a adolescência tentando ser iguais aos demais, sem muito sucesso e à custa de muito sofrimento.

Foi neste momento também da adolescência que buscamos as nossas primeiras experiências com outros meninos. Assumir pra nós mesmos esse desejo trouxe inquietações e aspirações. Tal condição nos fez perceber que ali definitivamente não era nosso lugar. Não havia espaços seguros para vivermos a homossexualidade de forma tranquila e plena. O contato que tínhamos com o mundo exterior, por meio dos meios de comunicação, nos dava alguma esperança. O cinema, a televisão, as revistas e a internet mostravam que longe daquelas cidades pequenas que vivíamos havia oportunidade de sermos gays. A oportunidade de mudar para algum grande centro urbano sob o pretexto de terminar os estudos se revelava a melhor saída.

Como observou Costa (2010), a partir da década de 1940 e com o processo de industrialização, os fluxos migratórios de pessoas buscando melhores condições de vida em grandes centros urbanos se intensificam, não só pela promessa de bons empregos, mas também pelo estilo de vida sedutor desses lugares. Com LGBT's não foi diferente. Além desses motivos, as grandes cidades ofereciam para essas pessoas um certo anonimato, a possibilidade de viver o seu desejo longe dos olhares dos conhecidos e vizinhos, com um pouco de liberdade.

COLONIALIDADE E CONTROLE: O GÊNERO COMO ENGENHARIA SOCIAL

Quando nos mudamos para Salvador, o choque foi imenso, pois havíamos saído de uma cidade pequena sem muitos referenciais de pessoas LGBT's que viviam abertamente o seu gênero e/ou sua sexualidade, para uma cidade que nos mostrava infinitas possibilidades e vivências. Foi quando percebemos que havia algo errado com todas aquelas regras que aprendemos sobre o que era e o que não era ser homem e passamos a nos questionar sobre elas, sobre o poder que estas exerceram sobre nós e nossos corpos e nas nossas identidades, sobre a incidência dessas normas, se elas de fato eram absolutas e o que significava ir de encontro a essas regras.

Costumamos dizer que foi um momento de derrubada de muros. Embora não tenha sido um processo muito longo, foi bastante duro, tendo em conta que todos os nossos muros caíram de uma vez só. Demos conta de que precisávamos entender quem éramos, entender do que se tratava esta identidade que tinham nos ensinado a rejeitar e por que deveríamos rejeitar. Esse processo de autorreflexão dura até hoje e talvez nunca acabe. Pois até mesmo entre pessoas LGBT's, esses padrões são reproduzidos, a exemplo da resistência à figura do afeminado. Todavia, foi preciso fazer esta referência a ele, sobretudo porque o mesmo nos guiou nas leituras feitas para a construção dos argumentos deste texto.

O nosso contato com o meio acadêmico seguiu carreiras e caminhos diversos, mas vez ou outra buscávamos respostas nesses espaços privilegiados que tínhamos acesso para compreendermos melhor nossas subjetividades e nosso lugar enquanto homens gays em uma sociedade colonial, patriarcal, binária e heteronormativa. Após alguns anos entre a graduação e as pós-graduações *stricto sensu* nos deparamos com diversas temáticas e teorias. Muitas das quais foram saciando nossas perguntas, contribuindo nesse percurso para o processo de afirmação enquanto gays. Nesse sentido, o caminho traçado pelos estudos decoloniais se revelou bastante satisfatório no intento de minimamente explicar que a forma como entendemos o gênero e a sexualidade atualmente também são reflexos do processo de colonização.

Somos educados, desde o nascimento, a seguir fielmente normas preestabelecidas para as performances de gênero e o desenvolvimento da sexualidade. Tais normas são definidas a partir de critérios estritamente biológicos, como: presença ou ausência de hormônios, glândulas, cromossomos, organização do sistema reprodutor e, o mais utilizado por ser o mais evidente a olho nu, a genitália. Estes critérios, por sua vez, são organizados num sistema binário, hierárquico e excludente, no qual quando não se é um será o outro e esse um terá hegemonia sobre este outro. Todos aqueles que permanecem no entremeio do masculino e do feminino são coagidos a permanecerem em apenas um lado, aquele que corresponde à sua anatomia e os que não se adequam à norma, mesmo com toda a coação, sentem o peso de serem relegados à margem, de ocuparem posições subalternas na organização social, de perderem o status de sujeitos de direitos.

Neste ponto, os aportes teóricos de María Lugones, Rita Segato e Aníbal Quijano se tornam fundamentais. Lugones (2008), ao articular o conceito de sistema moderno/colonial de gênero, aponta que o padrão de gênero hegemônico se consolidou a partir de uma lógica eurocêntrica, patriarcal e heterossexual, imposta nas sociedades colonizadas. Essa lógica não apenas organizou os papéis sociais com base em uma leitura binária e biologizada do corpo, como também operou ativamente na marginalização de corpos e subjetividades dissidentes.

A autora parte das limitações percebidas na proposta de Quijano (2014), ao considerar que este naturaliza a diferença sexual a partir de um dimorfismo biológico. Lugones vai além, sustentando que a colonialidade do poder não se expressa apenas na racialização dos corpos, mas também na sua sexualização e generificação, ou seja, na imposição de sentidos específicos ao gênero e à sexualidade em função de uma lógica de dominação colonial. Assim, o que está em jogo não é apenas a opressão das mulheres, mas a constituição de um sistema inteiro de exclusões que se estrutura em torno de hierarquias de gênero e sexualidade.

Portanto, ao abordarmos nossas vivências enquanto sujeitos que desafiam essas normatividades, compreendemos que não estamos apenas em conflito com convenções sociais locais ou familiares, mas com um sistema de poder global historicamente enraizado.

A desconstrução dessas normas, portanto, exige um processo de resistência epistêmica, que passa pela produção de outras narrativas, outros saberes e outros modos de existência possíveis. E é nesse sentido que os estudos decoloniais de gênero tornam-se mais do que um campo acadêmico — tornam-se uma ferramenta de libertação. Costumamos dizer que foi um momento de derrubada de muros. Embora não tenha sido um processo muito longo, foi bastante duro, tendo em conta que todos os nossos muros caíram de uma vez só. Demos conta de que precisávamos entender quem éramos, entender do que se tratava esta identidade que tinham nos ensinado a rejeitar e por que deveríamos rejeitar. Esse processo de autorreflexão dura até hoje e talvez nunca acabe. Pois até mesmo entre pessoas LGBT's, esses padrões são reproduzidos, a exemplo da resistência à figura do afeminado. Todavia, foi preciso fazer esta referência a ele, sobretudo porque o mesmo nos guiou nas leituras feitas para a construção dos argumentos deste texto.

O nosso contato com o meio acadêmico seguiu carreiras e caminhos diversos, mas vez ou outra buscávamos respostas nesses espaços privilegiados que tínhamos acesso para compreendermos melhor nossas subjetividades e nosso lugar enquanto homens gays em uma sociedade colonial, patriarcal, binária e heteronormativa. Após alguns anos entre a graduação e as pós-graduações *stricto sensu* nos deparamos com diversas temáticas e teorias. Muitas das quais foram saciando nossas perguntas, contribuindo nesse percurso para o processo de afirmação enquanto gays. Nesse sentido, o caminho traçado pelos estudos decoloniais se revelou bastante satisfatório no intento de minimamente explicar que a forma como entendemos o gênero e a sexualidade atualmente também são reflexos do processo de colonização.

TEORIZAR A PARTIR DA MARGEM: ENTRE A COLONIALIDADE E A RESISTÊNCIA

Insta salientar que o binarismo de gênero e a heterossexualidade compulsória também são alvos de problematização pelos teóricos da teoria queer. No entanto, o caminho apresentado por María Lugones revela-se mais pertinente à nossa realidade latino-americana, pois articula os conceitos de gênero, raça e colonialidade sob a perspectiva de um sistema moderno/colonial de poder. Ao fazer isso, ela desloca o debate sobre gênero de um campo meramente cultural ou comportamental para um campo de disputa epistemológica e histórica.

Lugones demonstra que a imposição do binarismo de gênero não é universal nem natural, mas um artefato da colonização. Esse sistema, por ela denominado moderno/colonial de gênero, está intimamente vinculado à lógica capitalista e patriarcal, e ao mesmo tempo a sustenta. Assim, estudar gênero sob uma ótica decolonial exige desconstruir as bases eurocêtricas que sustentam nossa compreensão sobre masculinidades, feminilidades e sexualidades.

Além disso, ao questionar o dimorfismo biológico como base das hierarquias de gênero, a autora nos convida a compreender como a heterossexualidade compulsória se constitui como norma reguladora da sexualidade. Essa norma, mais do que uma prática, é uma estrutura de poder que molda subjetividades e institui violências simbólicas e físicas sobre os corpos dissidentes. Trata-se de um sistema disciplinador que atua tanto em nível institucional quanto no cotidiano, nos discursos religiosos, nas normas jurídicas e nos valores familiares.

É nesse ponto que a teoria queer, embora oriunda de contextos anglo-saxões, oferece uma contribuição importante ao desestabilizar as identidades fixas e propor a fluidez como modo legítimo de existência. No entanto, a teoria queer, por vezes, carece de sensibilidade às especificidades históricas e culturais da América Latina e às marcas da colonização que ainda estruturam nossas sociedades. Por isso, a articulação entre queer e decolonialidade, como propõem algumas autoras contemporâneas, se apresenta como um campo fértil para ampliar a crítica à normatividade de gênero e à colonialidade do ser.

Rita Segato, ao abordar as cosmologias dos povos originários e sua lógica dual, oferece uma perspectiva complementar. Enquanto o pensamento moderno ocidental opera em uma lógica binária e excludente (homem x mulher, razão x emoção, civilizado x bárbaro), o pensamento dual presente em muitas culturas indígenas permite trânsito e negociação entre polos. O patriarcado de baixa intensidade, conceito proposto por Segato, revela formas de organização social em que, embora houvesse papéis diferenciados por gênero, havia maior flexibilidade e menor violência na regulação das identidades. A violência de gênero, nesse contexto, não era naturalizada como expressão de masculinidade, mas sim reconhecida como desvio, como ruptura da harmonia comunitária.

Essas reflexões nos permitem problematizar não apenas as estruturas coloniais que sustentam o gênero e a sexualidade, mas também as resistências que emergem nas margens do sistema. Pessoas trans, travestis, não-binárias, e mesmo gays e lésbicas que performam gêneros dissidentes, constituem corpos insurgentes, cuja existência questiona os fundamentos do sistema moderno/colonial. Seus corpos são arquivos vivos da dissidência, e suas narrativas, quando ouvidas, revelam a pluralidade de experiências que foram silenciadas pela colonialidade do saber.

A perspectiva decolonial, portanto, oferece uma chave interpretativa potente para compreender como o gênero e a sexualidade foram capturados por uma lógica de dominação e como podem ser reinventados a partir de outras epistemologias. Nesse sentido, pensar o gênero não apenas como identidade, mas como campo de disputa política e decolonial é um passo fundamental para imaginar outras formas de vida possíveis. A construção de um vocabulário político que reconheça e celebre as multiplicidades de gênero e desejo pode ser, assim, um dos caminhos para a ruptura com o paradigma moderno-colonial que ainda informa nossas estruturas sociais, jurídicas e afetivas.

DESOBEDECER À NORMA: GÊNERO COMO CAMPO DE DISPUTA POLÍTICA

Ao longo deste artigo, procuramos lançar luz sobre os caminhos que os estudos de gênero e sexualidade podem trilhar a partir de uma perspectiva decolonial. Ancorados em nossas vivências e atravessados por leituras críticas, buscamos evidenciar que o sistema moderno/colonial de gênero opera como um mecanismo de poder que regula e hierarquiza corpos, desejos e subjetividades a partir de uma lógica eurocêntrica, patriarcal e heteronormativa.

A infância e adolescência narradas no início deste texto revelam o quanto as normas de gênero e sexualidade nos são impostas desde cedo, moldando comportamentos e afetos por meio da vigilância, da repressão e da coerção simbólica e física. Essa normatividade, que se apresenta como natural e universal, é na verdade um produto histórico das relações coloniais que ainda estruturam nossas formas de existir e de compreender o mundo.

Com base nos aportes de autoras como María Lugones e Rita Segato, compreendemos que a colonialidade do poder não apenas racializa os corpos, mas também os generifica e sexualiza de maneira hierárquica. A imposição do binarismo de gênero, do dimorfismo biológico e da heterossexualidade compulsória são, nesse sentido, pilares de um sistema que produz subalternidades e legítima violências.

No entanto, também reconhecemos a potência das resistências que emergem das margens. Os corpos dissidentes — trans, travestis, não-binários, gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, entre outros — desafiam cotidianamente os alicerces desse sistema. Suas existências são políticas, e suas experiências, epistemologias que desestabilizam a lógica colonial e abrem caminho para outras formas de ser, viver e amar.

A articulação entre teoria queer e pensamento decolonial é, portanto, não apenas possível, mas necessária. Se, por um lado, a teoria queer nos oferece instrumentos para desconstruir identidades fixas, por outro, o pensamento decolonial nos permite historicizar essas identidades e compreender os contextos de dominação que as moldaram. Dessa união, surge uma crítica mais radical e situada, capaz de propor alternativas epistemológicas e políticas para a superação do sistema moderno/colonial de gênero.

Assim, concluímos que repensar o gênero e a sexualidade a partir de uma chave decolonial é um gesto de ruptura com as violências herdadas da colonização. É, também, um compromisso com a construção de um mundo em que a pluralidade das existências humanas possa florescer sem medo, sem vergonha e sem repressão.

REFERÊNCIAS

COSTA, Rogério da Silva Martins da. **Sociabilidade homoerótica e relações identitárias: o caso do jornal O Snob (Rio de Janeiro, década de 1960)**. Revista Tempo e Argumento, v. 2, n. 2, p. 123-142, 2010.

LUGONES, María. **Heterosexualism and the colonial/modern gender system**. Hypatia, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo. **Aníbal Quijano: textos de fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, Colección El Desprendimiento, 2014.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. 3. ed. La Paz: CEDEC; Mujeres Creando Comunidad, 2010.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero, política e hibridismo na transnacionalização da cultura Yoruba**. In: As estruturas elementares da violência. Buenos Aires: Prometeo, 2013.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. e-Cadernos CES, n. 18, p. 106-131, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **La lengua subalterna: com quem falam os outros?** Transcrição da entrevista homônima para o ciclo Lectura Mundi da Universidade Nacional de San Martín, Argentina, 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=SdYN0yx5Q2Y>. Acesso em: 30 mar. 2025.